

IV SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE E CUSTOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO

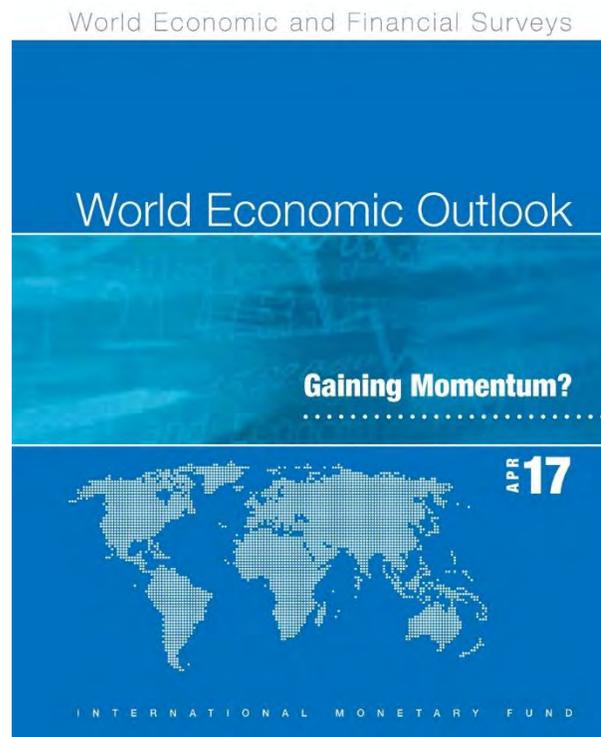
Sistema de Custos e sua contribuição à melhoria no Cenário Econômico

5 DE OUTUBRO DE 2017

Índice

- 1. Panorama Internacional**
- 2. Cenário Brasileiro**
- 3. Porque usar custos no Setor Público**
- 4. Custos Agora**

Panorama Internacional



- **World Economic Outlook**

- As projeções econômicas mundiais incluem análises e projeções dos economistas do FMI sobre a evolução econômica global por grupos de países (classificados por região, nível de desenvolvimento, etc.) e alguns individualmente.
- O estudo centra-se nos principais aspectos da política econômica e na análise da evolução e das perspectivas da economia.
- Geralmente é preparado duas vezes por ano, e é um dos principais instrumentos de monitoramento do FMI.

Panorama Internacional

EXECUTIVE SUMMARY

With buoyant financial markets and a long-awaited cyclical recovery in manufacturing and trade under way, world growth is projected to rise from 3.1 percent in 2016 to 3.5 percent in 2017 and 3.6 percent in 2018, slightly above the October 2016 World Economic Outlook (WEO) forecast. But binding structural impediments continue to hold back a stronger recovery, and the balance of risks remains tilted to the downside, especially over the medium term. With persistent structural problems—such as low productivity growth and high income inequality—pressures for inward-looking policies are increasing in advanced economies. These threaten global economic integration and the cooperative global economic order that has served the world economy, especially emerging market and developing economies, well. Against this backdrop, economic policies have an important role to play in staving off downside risks and securing the recovery. On the domestic front, policies should aim to support demand and repair balance sheets where necessary and feasible; boost productivity, labor supply, and investment through structural reforms and supply-friendly fiscal measures; upgrade the public infrastructure; and support those displaced by structural transformations such as technological change and globalization. At the same time, credible strategies are needed in many countries to place public debt on a sustainable path. Adjusting to lower commodity revenues and addressing financial vulnerabilities remain key challenges for many emerging market and developing economies. A renewed multilateral effort is also needed to tackle common challenges in an integrated global economy.

The world economy gained speed in the fourth quarter of 2016 and the momentum is expected to persist. Global growth is projected to increase from an

advanced economies, the pickup is primarily driven by higher projected growth in the United States, where activity was held back in 2016 by inventory adjustment and weak investment.

Although changes to the global growth forecast for 2017 and 2018 since the October 2016 WEO are small, there have been meaningful changes to forecasts for country groups and individual countries. In line with stronger-than-expected momentum in the second half of 2016, the forecast envisages a stronger rebound in advanced economies. And while growth is still expected to pick up notably for the emerging market and developing economies group, weaker-than-expected activity in some large countries has led to small downward revisions to the group's growth prospects for 2017.

- For advanced economies, projected growth has been revised upward in the United States, reflecting the assumed fiscal policy easing and an uptick in confidence, especially after the November elections, which, if it persists, will reinforce the cyclical momentum. The outlook has also improved for Europe and Japan based on a cyclical recovery in global manufacturing and trade that started in the second half of 2016.
- The downward revisions to growth forecasts for emerging market and developing economies result from a weaker outlook in several large economies, especially in Latin America and the Middle East, reflecting continued adjustment to the decline in their terms of trade in recent years, oil production cuts, and idiosyncratic factors. The 2017 and 2018 growth forecasts have been marked up for China, reflecting stronger-than-expected

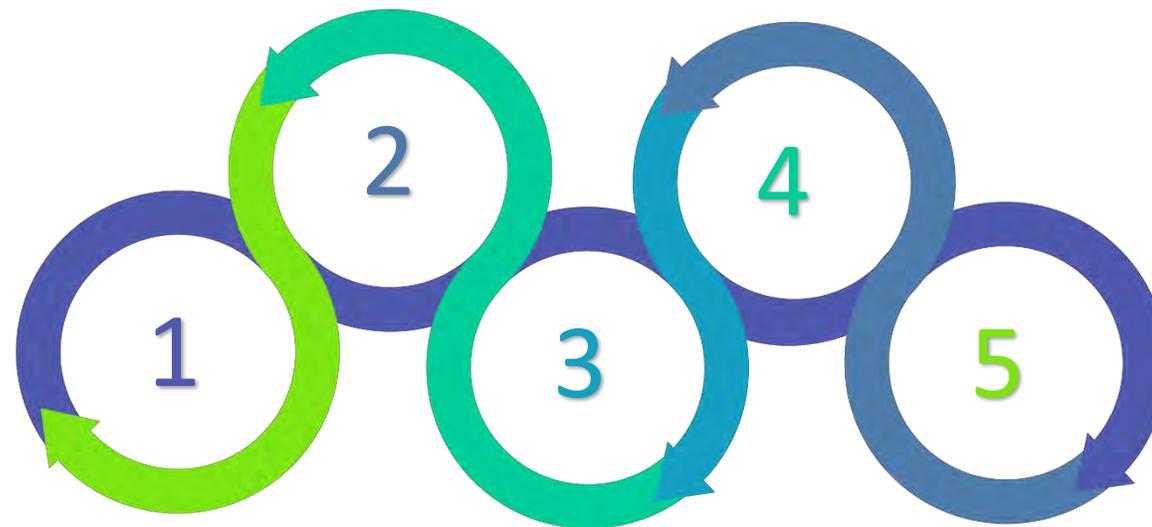
Projeta-se que o crescimento mundial aumente para 3,1% em 2016 para 3,5% em 2017 e 3,6% em 2018, um pouco acima do período de outubro de 2016 provisionado pela World Economic Outlook (WEO).

Ao mesmo tempo, são necessárias estratégias credíveis em muitos países para colocar a dívida pública em uma trajetória sustentável.

As revisões para baixo das previsões de crescimento dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento resultam de uma perspectiva mais fraca em grandes economias, especialmente na América Latina e no Oriente Médio, refletindo o contínuo ajuste ao declínio em seus termos comerciais nos últimos anos, cortes na produção de petróleo, e fatores idiossincráticos.



Panorama Internacional



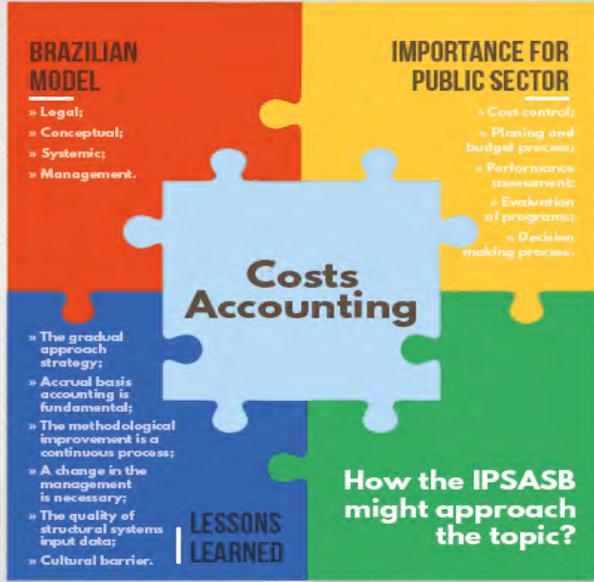
- 1 - Crise Financeira Global - Dívida Soberana
- 2 - Pressão sobre os Orçamentos Nacionais
- 3 - Metas de Desenvolvimento Sustentável
- 4 - Aumento das Expectativas dos Cidadãos
- 5 - Melhoria nas Finanças Públicas

Panorama Internacional

JULY 3-4, 2017

PUBLIC SECTOR 
STANDARD SETTERS
FORUM 2017
Winterthur, Switzerland

COSTS The Brazilian Experience



BRAZILIAN MODEL

- » Legal;
- » Conceptual;
- » Systemic;
- » Management.

IMPORTANCE FOR PUBLIC SECTOR

- » Cost control;
- » Planning and budget process;
- » Performance assessment;
- » Evaluation of programs;
- » Decision making process.

Costs Accounting

LESSONS LEARNED

- » The gradual approach strategy;
- » Accrual basis accounting is fundamental;
- » The methodological improvement is a continuous process;
- » A change in the management is necessary;
- » The quality of structural systems input data;
- » Cultural barrier.

How the IPSASB might approach the topic?

PUBLIC SECTOR STANDARD SETTERS FORUM 2017 Winterthur, Switzerland

 **TESOURO NACIONAL**  **MINISTÉRIO DA FAZENDA** 

Panorama Internacional



Cenário Brasileiro

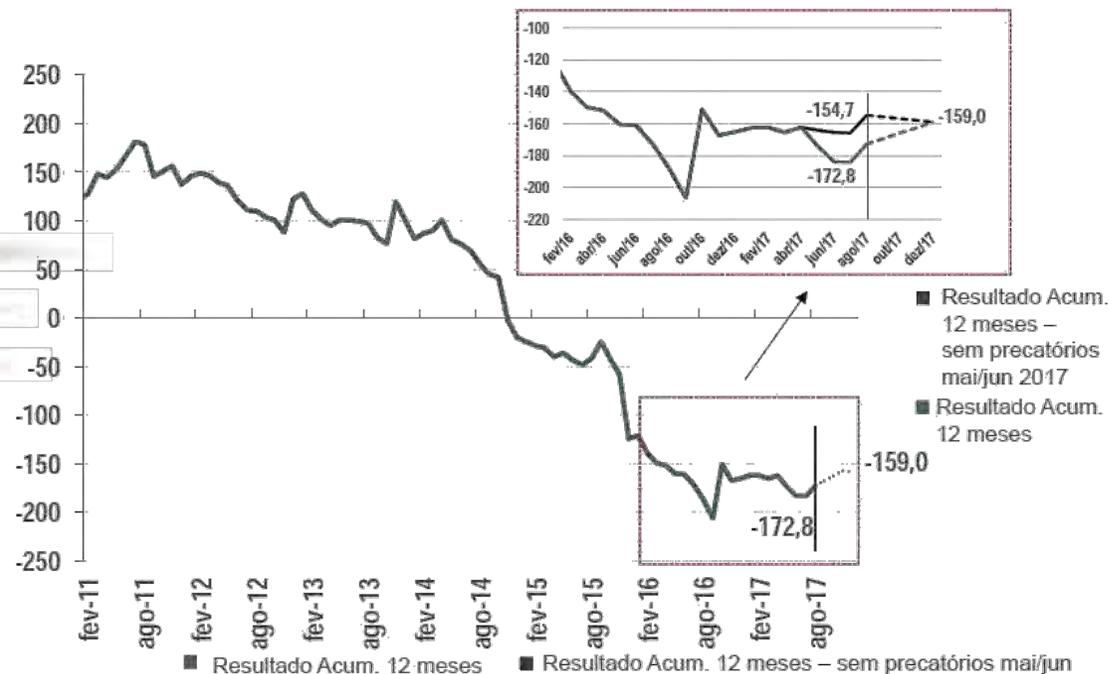
O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou déficit de R\$ 172,8 bi, equivalente a -2,64% do PIB.

Desconsiderando-se a antecipação de precatórios em 2017, o resultado acumulado em 12 meses seria déficit de R\$ 154,7 bi.

A meta de resultado primário é de déficit de R\$ 159,0 bi para o Governo Central.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2017 – R\$ Bilhões – A preços de ago/17 – IPCA



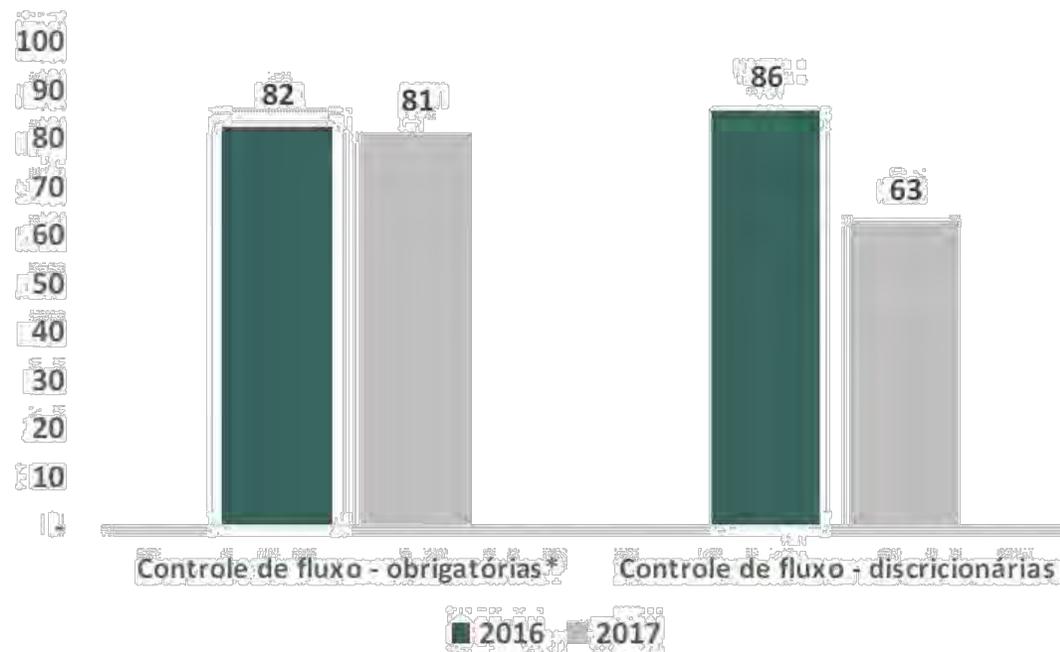
Fonte: Tesouro Nacional

Cenário Brasileiro

Nos primeiros oito meses de 2017 a despesa com controle de fluxo do Executivo foi R\$ 24,7 bi menor na comparação com o mesmo período de 2016.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas com controle de fluxo do Poder Executivo – Acumulado até agosto
Brasil – 2016/2017 – R\$ Bilhões – A preços de agosto/2017 – IPCA



*Apuração realizada pelo método "valor pago"

Fonte: Tesouro Nacional

Cenário Brasileiro

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas discricionárias com controle de fluxo do Poder Executivo*

2010 a 2016: Acumulado no ano, 2017: Acumulado 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de agosto/2017 – IPCA

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas Discricionárias com Controle de Fluxo	145,5	149,7	163,4	176,9	204,5	165,7	151,8	129,4
Investimento	58,6	58,6	57,1	73,4	78,6	55,0	61,1	49,3
Conservação de Estradas/Obras em Andamento	25,8	23,2	15,5	17,4	19,2	12,5	13,4	10,4
Aquisição de Materiais	13,1	12,4	11,9	7,1	6,2	6,7	5,9	7,5
Serviços Técnicos Profissionais	3,6	2,8	2,5	5,5	5,0	3,7	5,2	5,0
Minha Casa Minha Vida	0,0	0,9	3,0	18,3	19,7	13,3	8,2	5,7
Empresas Públicas - Inversões Financeiras	0,9	2,3	1,9	4,2	3,1	3,8	6,9	4,9
Demais Investimentos	15,2	17,0	22,3	21,0	25,5	14,9	21,5	15,9
Custeio	86,9	91,1	106,4	103,5	125,8	110,7	90,6	80,1
Bolsas de Estudo e Aux./Auxílio a Pesquisadores	4,7	4,9	4,9	8,1	10,3	13,9	8,7	7,1
Apoio Administrativo/serviços bancários	4,1	3,9	3,8	6,3	5,4	7,2	7,7	6,4
Farmácia Popular/OPAS - Mais Médicos Dentre Outros	0,6	1,2	1,7	3,5	4,7	4,9	2,9	4,6
Limpeza e Conservação/Vigilância Ostensiva	2,9	3,2	3,0	4,5	4,5	4,7	4,8	4,6
Informática/Serviços de Telecomunicações	4,3	4,2	3,3	5,4	4,5	4,4	4,8	4,6
Gastos com Imóveis	3,4	3,8	2,6	3,8	3,9	3,2	3,3	2,9
Água/Energia	1,9	1,9	1,7	1,9	1,8	2,3	2,6	2,3
Demais Despesas de Custeio	65,1	68,0	85,4	70,0	90,8	70,1	55,9	47,6

* Tabela construída para fins gerenciais. Os itens de gasto apresentados são construídos a partir da parametrização de Natureza de Despesa Detalhada (NDD). A classificação de cada item entre Investimento ou Custeio é realizada segundo o parâmetro de Grupo Natureza de Despesa (GND), sendo considerados Investimento os GND 4 e 5. As Demais Despesas de Custeio são calculadas como resíduo entre o total das Despesas Discricionárias com Controle de Fluxo e os demais itens de gasto apurados pelo critério valor pago. Metodologia sujeita a aprimoramentos.

Fonte: Tesouro Nacional

Cenário Brasileiro

Em 2016, as despesas obrigatórias ultrapassaram a receita líquida, tendência que vem se intensificando.

Isso significa que, mesmo se as despesas discricionárias com controle de fluxo fossem a zero, o resultado primário do Governo Central ainda assim seria deficitário.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida – Brasil
2008 a 2016: Acumulado no ano 2017: Acumulado 12 meses até agosto



*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

Cenário Brasileiro

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

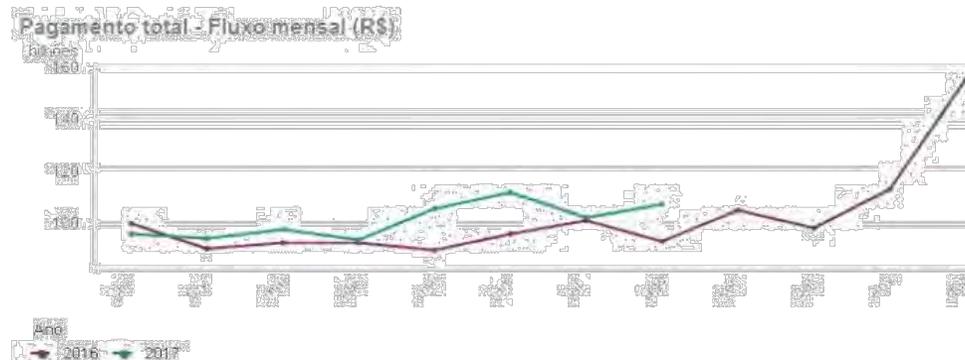
Brasil – 2016/2017 – Preços Correntes



Pagamento total em 2016
R\$ 1.220.729.470.685,98

Limite para 2017
R\$ 1.308.621.992.575,38

Pagamento acumulado em 2017
R\$ 806.404.641.706,52



Cenário Brasileiro



Valor ECONÔMICO

Corrigir rigidez do gasto é mais urgente que meta

Sergio Lamucci

Sem tratar desse **problema estrutural**, haverá muitas dificuldades para o governo federal cumprir o projeto que limita o crescimento de suas despesas não financeiras. **A possibilidade é que o teto de gastos seja estourado em poucos anos, dizem especialistas.** Analista de finanças públicas da Tendências Consultoria, Fabio Klein diz que a **mudança da meta**, se ocorrer, deveria vir **acompanhada de medidas para controlar** o crescimento dos **gastos obrigatórios** a partir de 2018. **Para Tinoco**, há muita gente excessivamente **preocupada com a meta para este ano** do resultado primário (que exclui gastos com juros), num momento em que há um ponto muito mais importante. **"O teto de gastos vai ser um problema muito maior em dois ou três anos"**. Para Mauro Schneider, da MCM Consultores, **o peso do ajuste fica concentrado nas despesas discricionárias** (sobre as quais o governo tem maior controle), diz ele. A questão é que **esses dispêndios já caíram muito**. Garantir a mudança de regime fiscal pretendida com o teto de gastos requer **enfrentar a rigidez do Orçamento**, destaca Schneider.

Opinião - Não há saída sem corte de gastos

CARLOS
ALBERTO
SARDENBERG

Os demais gastos de custeio já estão no osso. Cortar mais aí levaria a uma situação absurda: toda a receita seria empregada no pagamento de servidores que não teriam recursos para prestar os serviços

O GLOBO

Cenário Brasileiro

NO:1234 /11:12:2014

O GLOBO

Opinião - Por um teto
setorial

RAUL VELLOSO

Na verdade, a PEC do Teto teria outro valor, se fosse aplicada setor a setor. Dessa forma, **serviria para conter os gastos dos segmentos** que venho denominando de "donos do orçamento": **Pessoal Ativo, Previdência Pública, Poderes Autônomos** (Legislativo, Judiciário, MPU e TCU), **Saúde e Educação**, onde só há gasto obrigatório. Só que esses são exatamente os que, na prática, ficaram de fora do alcance dessa política. **Como o teto vale para o total e não para as partes, o ajuste é feito todo no investimento**, onde justamente a prioridade deveria estar.

Opinião: Teto deve ser complementado com meta de resultado estrutural

Valor ECONÔMICO

Bráulio
Borges

A **regra do teto** é bastante "inteligente", por vários motivos. Além de ser uma regra bastante simples e transparente, ela também: a) **força uma discussão sobre a eficiência/qualidade, e mesmo sobre alocações alternativas, do gasto público.**

Cenário Brasileiro - Barreiras

Baixa capacidade da administração pública em atender demandas tempestivas

Falta de compreensão do papel do gestor e da instituição.

Falta de priorização de atividades.

Barreira tecnológica.

Uso inadequado dos meios disponíveis (desperdício, corrupção).

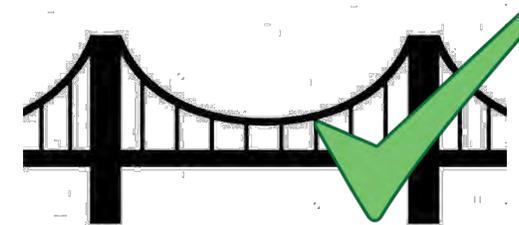
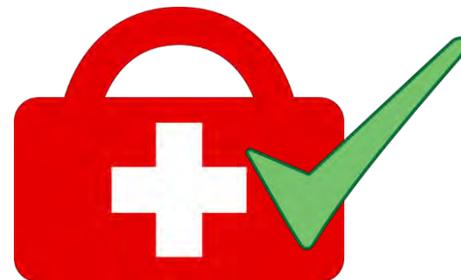
Ausência de informações quanto a ineficiência dos serviços prestados.

Barreira cultural.

Cenário Brasileiro



Porque usar custos no Setor Público?



BOA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS? BONS SERVIÇOS PÚBLICOS



Porque usar custos no Setor Público?



ACCOUNTABILITY. NOW Uma campanha para:

ALTA QUALIDADE DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DO SETOR PÚBLICO

MAIS INFORMAÇÕES NAS TOMADAS DE DECISÃO DO GOVERNO

GASTO PÚBLICO EFETIVO E EFICIENTE

MELHOR QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

MAIOR TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY

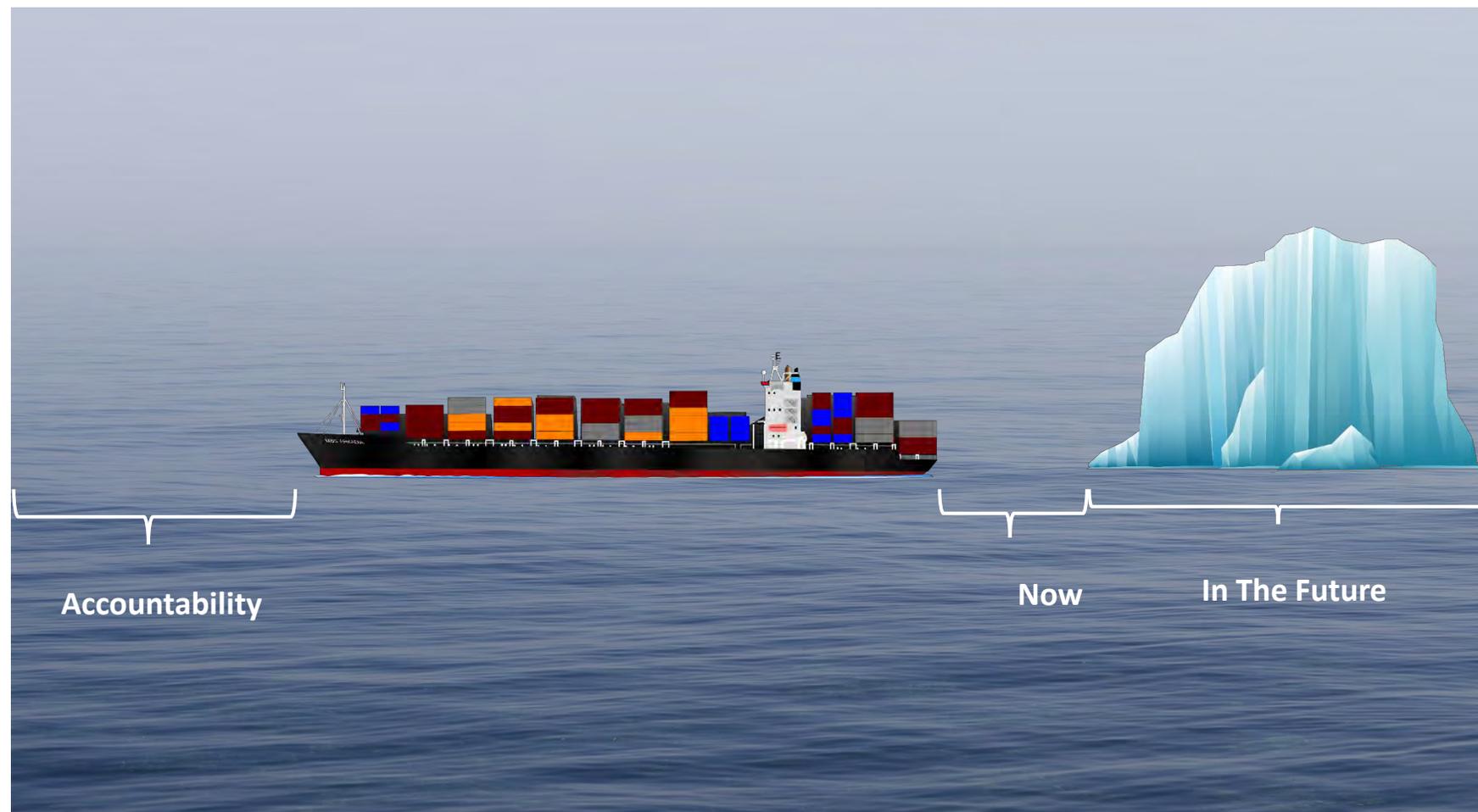
MAIOR CONFIANÇA NO GOVERNO

DNV IT

 International Federation of Accountants®

Visit accountability-now.org for more information.
#AccountabilityNow

Porque usar custos no Setor Público?



Porque usar custos no Setor Público?



Extraído do sítio: <http://wmtrading.com.br/blog/bola-de-cristal-da-macroeconomia-em-2015/>

Gestor age por instinto?

Gestor tem bola de cristal?

Porque usar custos no Setor Público?



Porque usar custos no Setor Público?



***Instrução Normativa Conjunta Nº1, de 10 de Maio de 2016
(Controladoria Geral da União e Ministério do Planejamento)***

Capítulo IV – Da Governança

Art. 21 - São princípios da boa governança, devendo ser seguidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

*IX – **transparência:** caracterizada pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. As informações devem ser completas, precisas e claras para a adequada tomada de decisão das partes interessadas na gestão das atividades;*

Porque usar custos no Setor Público?



“O termo governança surge tendo como referência a concepção de bom governo (good government) e na competência do estado de executar de forma consistente as políticas públicas”

José Matias Pereira

CUSTOS

agora

DESAFIO
Implantar o Sistema de Custos do Governo Federal em observância à legislação. (LRF)

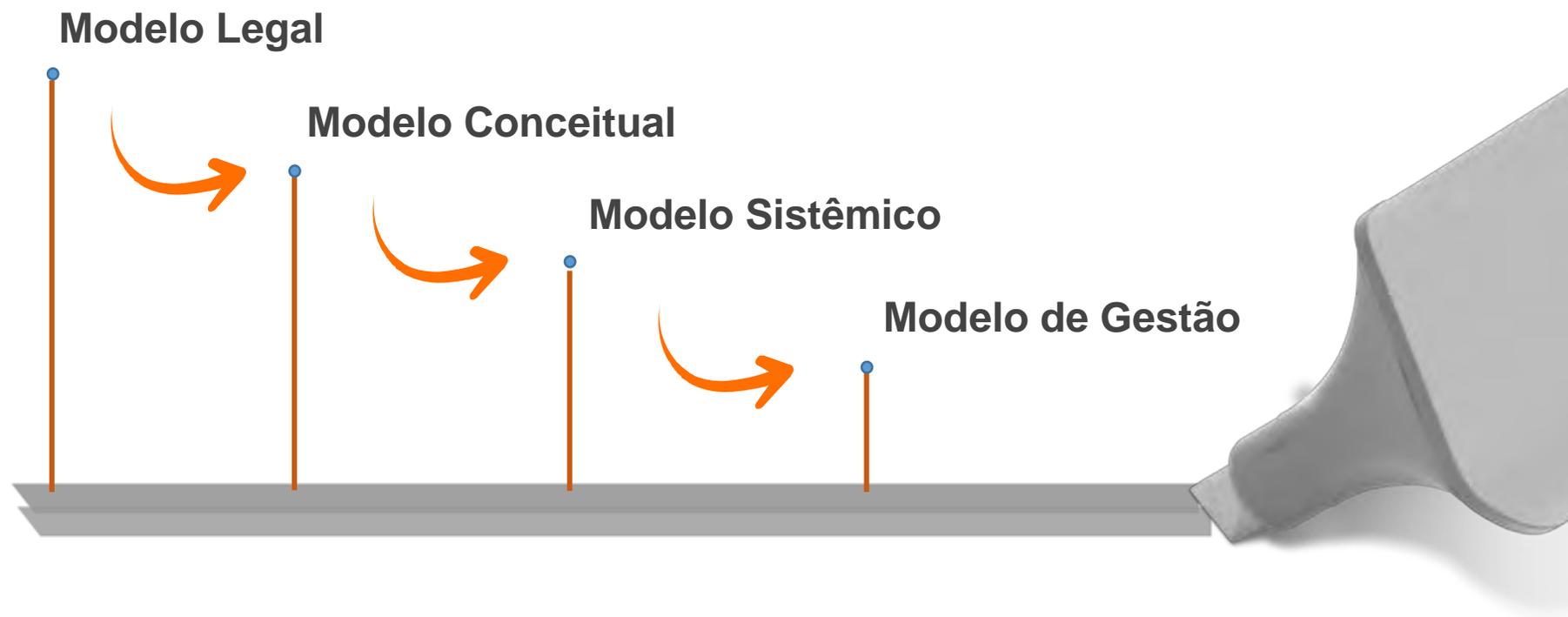


Fase MATERIALIZAÇÃO

Produtos METODOLOGIA
FERRAMENTA
HOMOLOGAÇÃO



SIC – Sistema de Informação de Custos

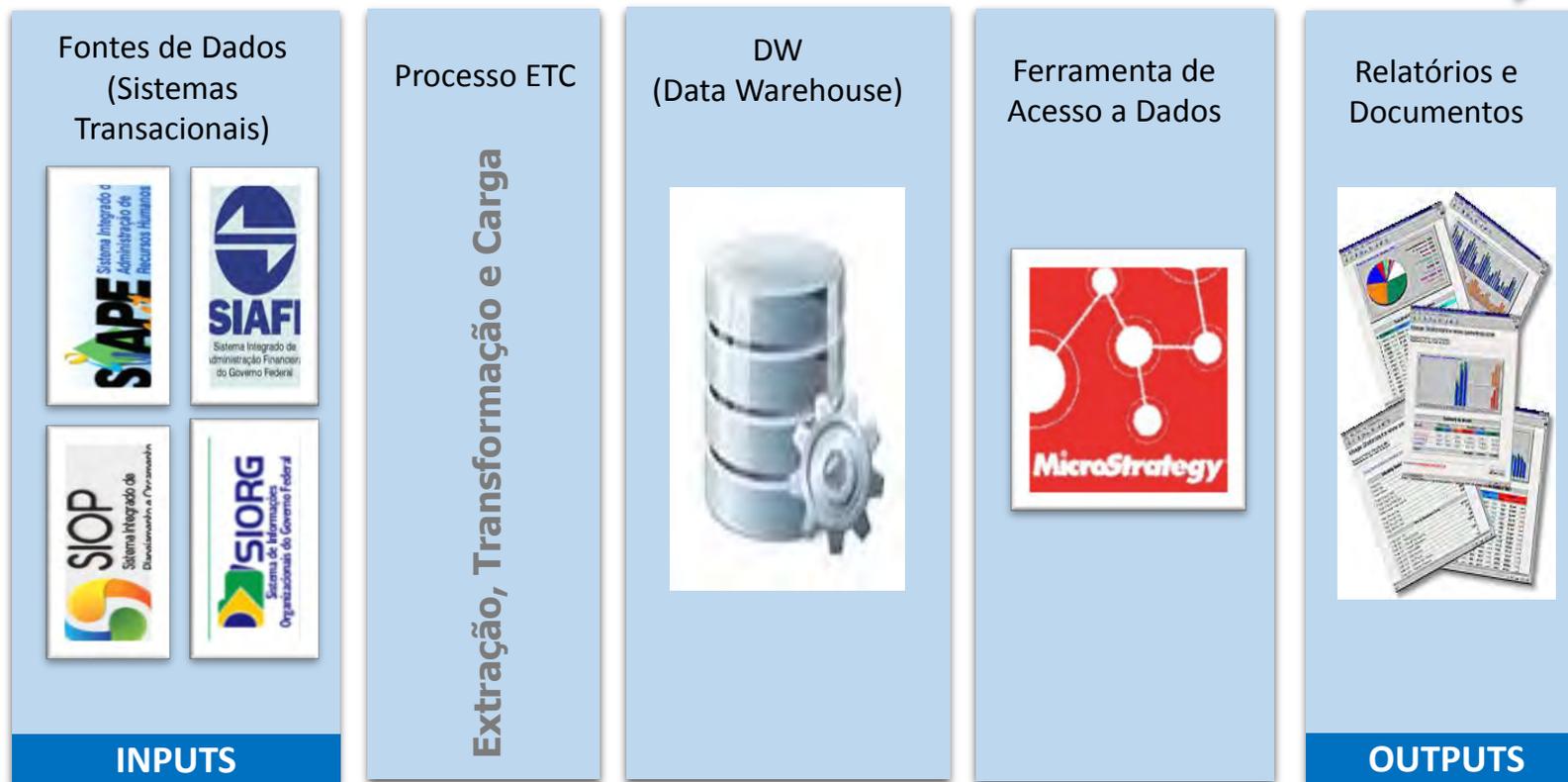


SIC – Sistema de Informação de Custos



SIC – Sistema de Informação de Custos

CICLO DE VIDA DO MODELO DE BI (SIC)



SIC – Sistema de Informação de Custos



Variável Custo Direto Liquidação



Despesa Orçamentária Executada

(Despesa Liquidada e em liquidação + Inscrição em RP não-proc.)

- (-) Despesa Executada por inscrição em RP não-processados
- (+) Restos a Pagar Liquidados no Exercício
- (-) Despesas de Exercícios Anteriores
- (-) Formação de Estoques
- (-) Concessão de Adiantamentos
- (-) Investimentos / Inversões Financeiras / Amortização da Dívida

Despesa após ajustes orçamentários

- (+) Consumo de Estoques
- (+) Despesa Incorrida de Adiantamentos
- (+) Depreciação / Exaustão / Amortização

Despesa após ajustes patrimoniais

Custos (Próximo ao Real)

CUSTOS

agora

DESAFIO
Evidenciar os custos dos programas
orçamentários em observância o
mandamento legal (Lei nº 10.180/2011)



Fase	CONSOLIDAÇÃO
Produtos	MARCA, ÓRGÃO CENTRAL E SETORIAIS DE CUSTOS, CAPACITAÇÃO, RELATÓRIOS E CONSISTÊNCIA DE DADOS.

Situação Atual



É importante estimar gastos e verificar se recursos são suficientes?

²⁸ Pois qual de vós, querendo edificar uma torre, não se assenta primeiro a fazer as contas dos gastos, para ver se tem com que a acabar? ²⁹ Para que não aconteça que, depois de haver posto os alicerces, e não a podendo acabar, todos os que a virem comecem a escarnecer dele, ³⁰ Dizendo: Este homem começou a edificar e não pode acabar.

Lucas 14, 28-30

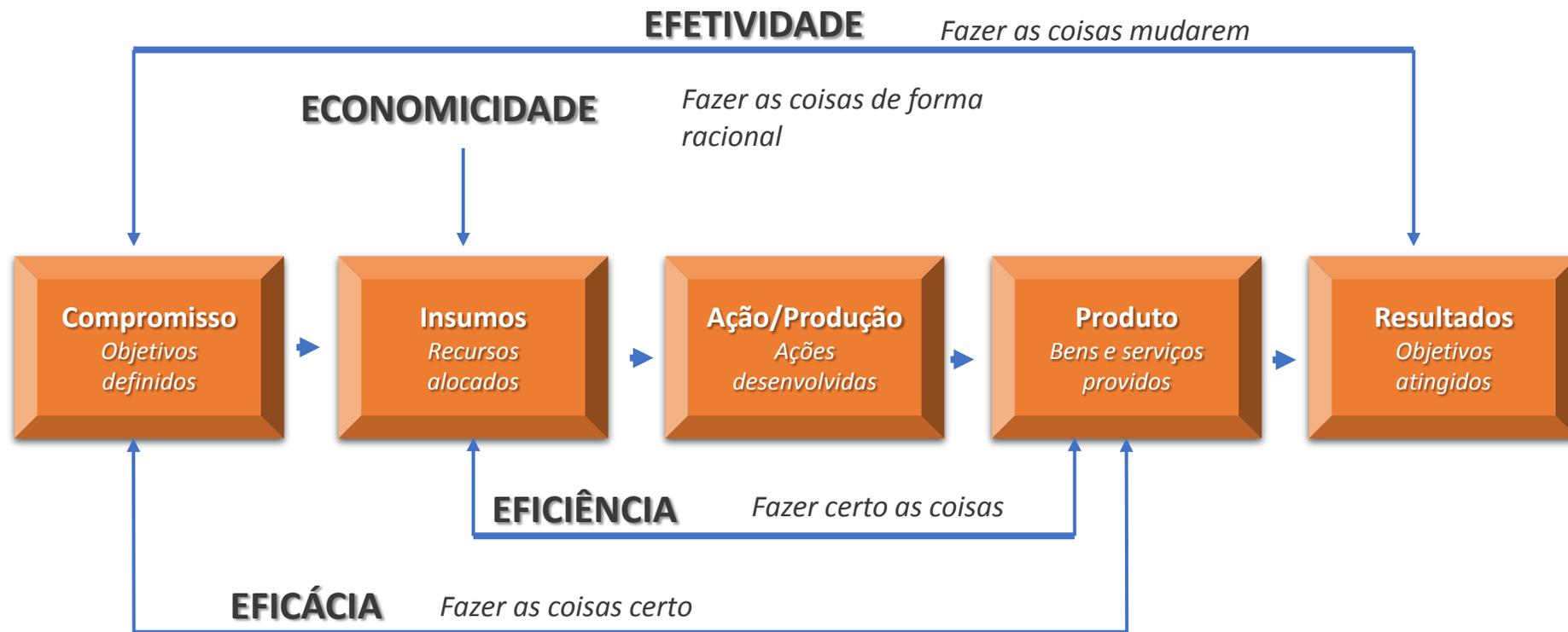
Situação Atual

Algum tempo atrás o desafio era o cumprimento da meta. O desafio hoje, além do cumprimento, é a compreensão de sua efetividade.



Indicadores de Desempenho

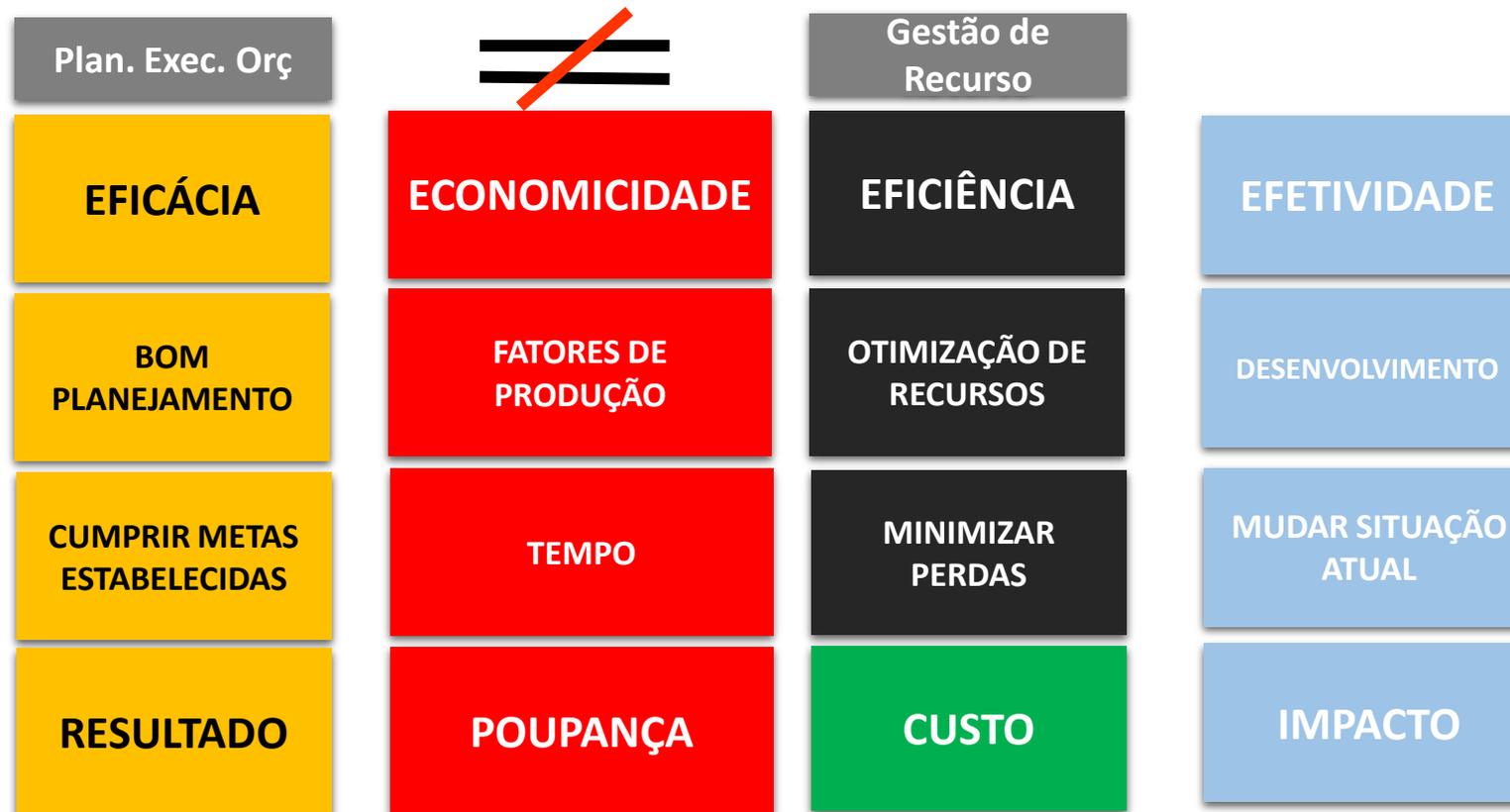
Como promover uma avaliação entre os objetivos e resultados?



Fonte: Manual de Auditoria Operacional do TCU

Indicadores de Desempenho

Ação: Construção de Ponte que permitirá a ligação entre as cidades de Jaralândia e Elevênia no estado do Minas Gerais



CUSTOS

agora

DESAFIO
Transformar a informação de custo em um instrumento de governança.

Fase **EVOLUÇÃO**

Produtos **TREINAMENTO
AVANÇADO, OBJETO
DE CUSTOS**

Custo Personalizado



Porque usar custos no Setor Público?



*Instrução Normativa Conjunta Nº1, de 10 de Maio de 2016
(Controladoria Geral da União e Ministério do Planejamento)*

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

IX – **governança no setor público**: compreende essencialmente os **mecanismos** de liderança, estratégia e controle **postos em prática** para **avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão** com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

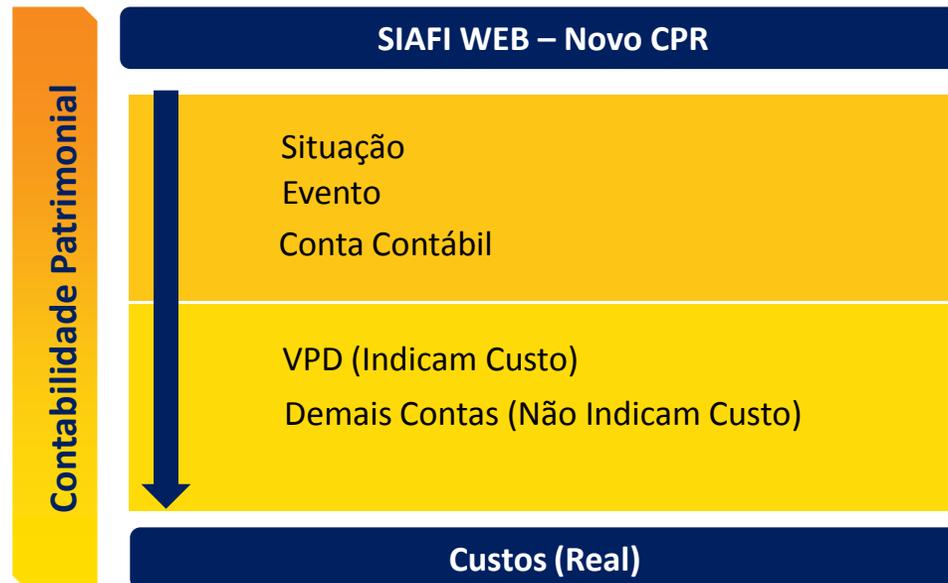
Custos: instrumento de governança

Modelos Personalizados



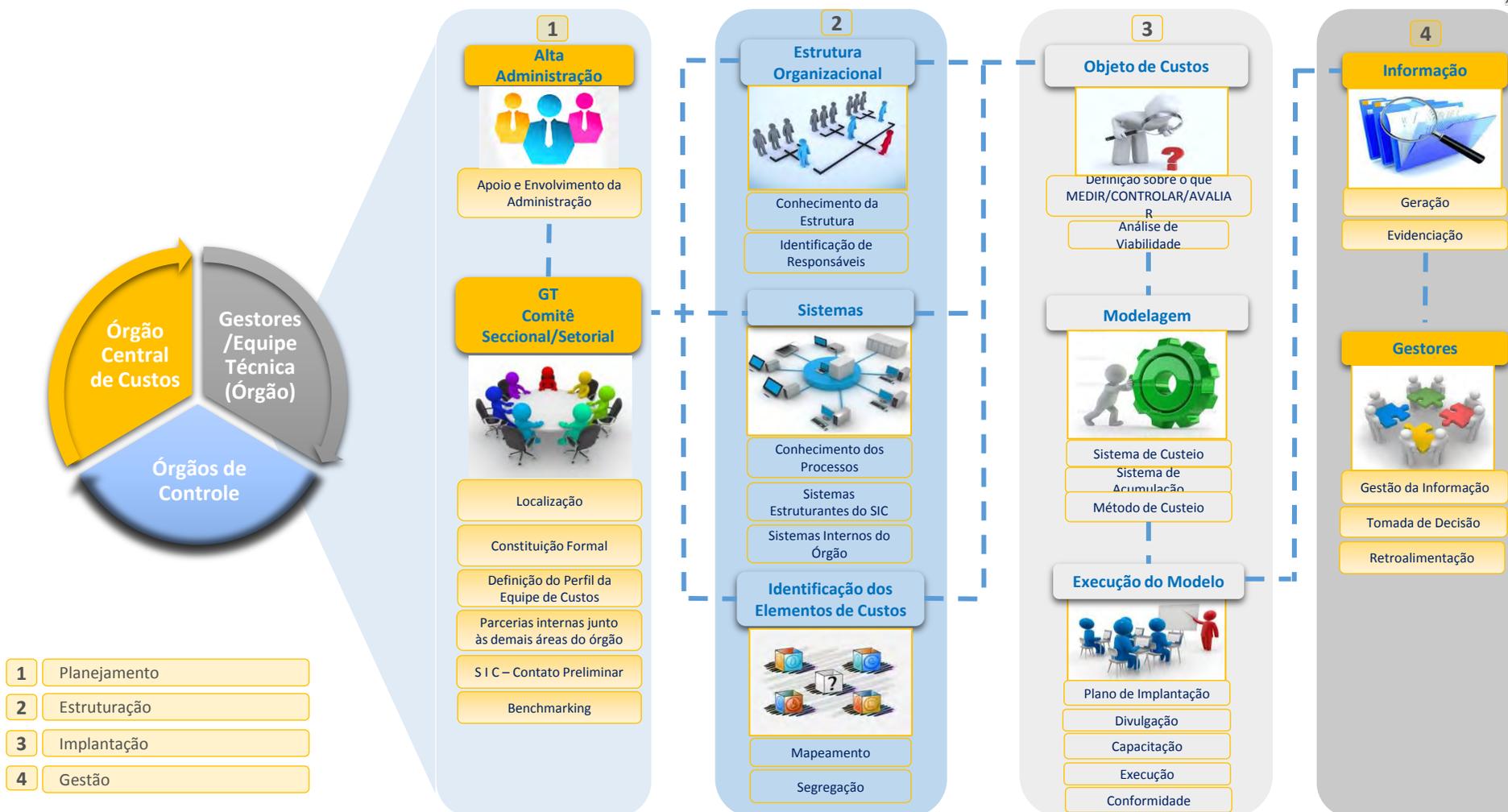
Métricas

Variável DataCusto e Custo Direto VPD



Os custos estão refletidos contabilmente nas Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

Fluxo de Implantação de Custos



Custos



www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Fazenda Perguntas Frequentes Glossário Fale conosco TWITTER YOUTUBE

TESOURO NACIONAL

pesquisar... BUSCA

Aumentar fonte: A A English

RESPONSABILIDADE FISCAL DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INSTITUCIONAL NOTÍCIAS

Política Fiscal

- Resultado do Tesouro Nacional
- SIAFI
- GRU
- Empresas Estatais
- Fundo PIS-PASEP
- Qualidade do Gasto Público
- Relatório de Subsídios ao BNDES

Prefeituras e Governos Estaduais

- Programas de ajuste fiscal
- CAUC
- Transferências Constitucionais e Legais
- Informações Contábeis e Fiscais

Contabilidade Pública

- Manuais de Contabilidade Pública
- Grupos Técnicos de Contabilidade
- Sistema de Informações de Custos

Fundo Soberano do Brasil
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
Projeto SICONFI

Finanças Públicas dos Entes Subnacionais

ACESSO RÁPIDO PÚBLICOS DADOS E ESTATÍSTICAS

clique nos ícones para acessar

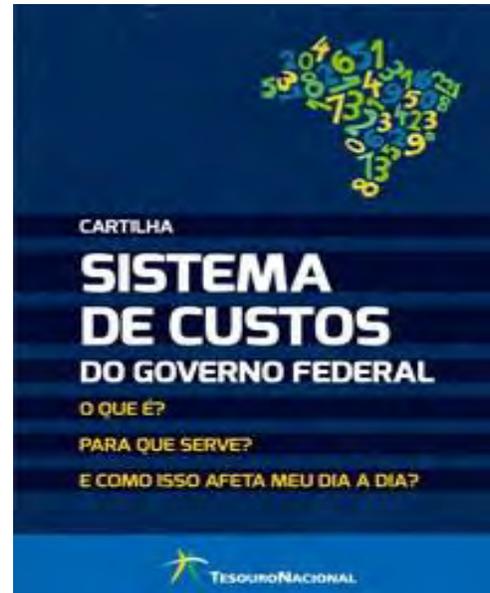
- TESOURO DIRETO
- GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU
- CAUC
- SICONFI
- LEILÕES
- SIAFI
- TESOURO TRANSPARENTE
- PREFEITURAS E GOVERNOS ESTADUAIS

COMPARTILHANDO CONHECIMENTO ACESSE AQUI

- Compartilhando Conhecimento
- Notícias
- Prêmio Tesouro Nacional
- Legislação
- Textos para Discussão
- Séries temporais

10h 11/05/2016 - Emissões Soberanas

Custos



Como então saber quanto o valor de cada produto/serviço ofertado a sociedade e a sua real aplicação?

CUSTOS

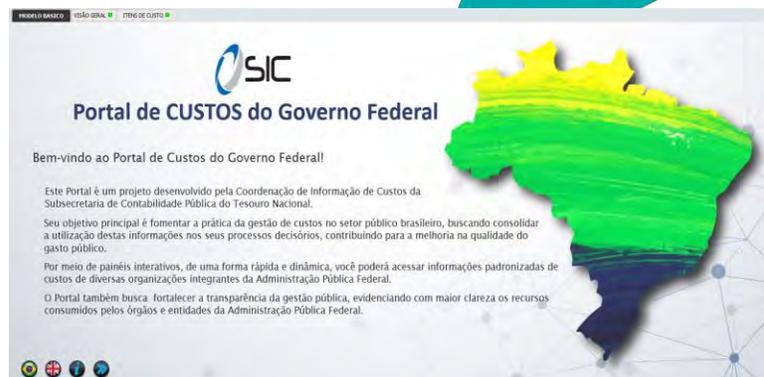
agora

Fase EVOLUÇÃO

Produtos COMPARABILIDADE,
INDICADORES, CUSTO
ESTIMADO,
PROJEÇÕES

DESAFIO

Fomentar a utilização da informação de custo como um instrumento de governança em órgãos com dificuldades de criar seus próprios modelos. Avaliar comparativamente a performance de componentes de custos entre órgãos e unidades administrativas afins.





custos@tesouro.gov.br



Twitter: [@_tesouro](https://twitter.com/_tesouro)

“Tem cuidado com os custos pequenos! Uma pequena fenda afunda barcos grandes”

Benjamim Franklin

Coordenação de Informação de Custos da União

Subsecretaria de Contabilidade Pública

www.tesouro.fazenda.gov.br/custos

Telefone: (61) 3412-3860